

À UNIDADE REGIONAL COLEGIADA CENTRAL METROPOLITANA DO  
CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL - URC/COPAM  
CENTRAL METROPOLITANA

Ref.: Relatório de Vista relativo aos processos administrativos nº CAP 516376/2018, CAP 574493/2018, CAP 516398/2018, CAP 516404/2018 e CAP 516341/2018 para exame de Recurso aos autos de infração nº 51314/2010, 51317/2010, 51323/2010, 51331/2010 e 51333/2010 da Mineração Usiminas S.A.

**1) Relatório:**

Os itens em questão foram pautados para julgamento na 1ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Central Metropolitana do COPAM, realizada no dia 27/02/2019. Na ocasião, foi requerida vista aos mesmos pelos representantes da FIEMG e FAEMG.

O presente relato de vistas, após reunião para análise e discussão da minuta, pelos representantes das entidades FIEMG e FAEMG é realizado de forma conjunta.

A empresa foi autuada 05 (cinco) vezes como incurso no art. 83, anexo I, códigos 114 e 122, do Decreto nº 44.844/08, pelo cometimento das seguintes irregularidades:

1. Descumprir as condicionantes nº 2, 3, 5, 7 e 9 das Licenças de Operação nº 450, 451, 452, 453 e 580, sendo constatada a degradação ambiental tendo em vista a existência das pontas de aterro Pains e Mazano, não cumprindo as condicionantes nº 2 e 9, de construção das pilhas de estéril PE-06 e PE 05.
2. Causar poluição ou degradação ambiental, em decorrência da disposição de efluente oleoso e sanitário no solo e do assoreamento dos diques Mazano e da Divisa, ocasionando extravasamento de sedimentos de minério de ferro, que resulte ou possa resultar em dano aos recursos hídricos, às espécies vegetais e animais, aos ecossistemas e habitats.

Foram aplicadas as penalidades de multa simples e embargo da atividade de disposição de estéril/rejeito nas pontas de aterro Mazano e Pains, excetuando as obras de cunho emergencial na ponta de aterro Mazano. Também houve a incidência de circunstâncias agravantes tendo em vista os motivos e suas consequências para os recursos hídricos e os danos ocorridos sobre a Unidade de Conservação APEE Manancial Rio Manso. Cada auto de infração teve o valor total de R\$ 130.002,60, totalizando o valor de R\$ 650.013,00.

A autuada apresentou defesa relativa a cada auto de infração de forma tempestiva, cujos pedidos foram julgados improcedentes.

Das decisões, a empresa foi devidamente notificada e interpôs recurso tempestivo para cada um dos autos de infração em comento.

Por fim, os Pareceres Jurídicos do Núcleo de Autos de Infração da SUPRAM Central Metropolitana sugerem o indeferimento de cada recurso interposto e a manutenção de cada decisão anterior.

### **Da prescrição intercorrente**

Inicialmente devemos ponderar a existência da prescrição intercorrente, reconhecida pelo Superior Tribunal de Justiça – STJ, uma vez que os

processos permaneceram sem qualquer tramitação interna durante 07 (sete) anos.

Merece destacar que mais recentemente o Novo Código de Processo Civil - NCPC também aborda a questão dentro dos preceitos do artigo 487, o que tem sido prática recorrente adotada nas ações de execução e cobrança, na forma dos artigos 921, § 4º e 924, inciso V, do NCPC.

Por analogia a outros casos em que a supressão de lacuna evidente é praticada sempre que tangencia o arcabouço jurídico ambiental, para o caso em espeque, a aplicação da norma federal em suplementação deve ser assentida, tendo em vista, inclusive, a verticalização como princípio basilar do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, do qual estados e municípios são parte integrante e indissociável. Neste sentido, deve ganhar significativa relevância os dispositivos arguidos das Leis Federais n.º 9.873/99 e 9.874/99, que tratam do processo administrativo, que são aqueles praticados pelos órgãos federais de meio ambiente.

Diante de jurisprudência consolidada no STJ e, ainda, com o objetivo de inibir a inércia da administração pública em contraponto ao benefício que o suposto infrator possa auferir, não há como deixar de se reconhecer e aplicar ao caso concreto a prescrição intercorrente.

Via de regra, os Princípios da Eficiência e da Segurança Jurídica, estatuídos em nossa CR/88, reiterados pelo § 1º, do artigo 1, da Lei Federal nº 9.873/99 c.c artigo 2º da Lei nº 9.874/99, devem prevalecer para os casos de crédito público não tributário decorrente de ação punitiva contra a inobservância de dever legal, evitando-se, com isto, que o cidadão contribuinte suporte o desgaste de processos infundáveis e cujas correções e atualizações de valores alcançam cifras estratosféricas e inimagináveis se comparadas com o mercado de aplicações e investimentos.

Além disso, cumpre ressaltar que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento conjunto das ADIs 4901, 4902, 4903, 4937 e ADC 42, ao afastar a prescrição e

decadência no artigo 59 da Lei 12.651/12, acabou por reconhecer a presença destes institutos nas autuações administrativas.

### **Da ocorrência de *bis in idem***

Conforme mencionando anteriormente, a empresa foi autuada 05 (cinco) vezes, pelo cometimento das condutas infratoras constantes dos códigos 114 e 122, do anexo I do Decreto 44.844/08.

Há de se salientar que à época, o empreendimento foi licenciado em cada poligonal do DNPM. Ou seja, cada uma das 05 (cinco) poligonais recebeu uma Licença de Operação, com as mesmas condicionantes.

Em consulta ao SIAM, constatou-se a existência do processo de revalidação de LO do empreendimento, e neste processo a análise foi feita de forma conjunta, havendo a unificação das 05 (cinco) Licenças de Operação emitidas para cada poligonal em um único licenciamento.

Durante a análise do processo de revalidação destas Licenças de Operação que foi feita de forma única, a equipe da SUPRAM Central Metropolitana fez uma fiscalização no empreendimento em 30/07/2010, e em virtude desta fiscalização entendeu que houve o descumprimento das condicionantes das licenças e lavrou os 05 (cinco) autos de infração, um para cada licença, mas todos com o mesmo fato gerador. Além disso, as referidas condicionantes tidas como descumpridas são as mesmas e o resultado deste descumprimento é o mesmo, já que se trata da mesma área.

Em virtude de todas estas constatações podemos dizer que, está configurada a ocorrência do *bis in idem* nos autos de infração em questão uma vez que em virtude de um único fato gerador a empresa foi punida por várias vezes.

Vale ressaltar que, a figura do *bis in idem* é proibida e no Direito Administrativo o *non bis in idem* se refere à proibição de que um órgão administrativo faça a

aplicação de mais de uma penalidade por um mesmo ato praticado, o que é claramente identificado nos processos em questão.

### **Da correção monetária dos valores das multas**

O órgão ambiental se baseia na Nota Jurídica AGE nº 4.292/2015 que utilizou o Decreto 44.844/08 e artigo 50, Decreto 46.668/2014 como fundamento. Diante disso, cumpre tecer alguns comentários sobre o referido dispositivo legal, além da Lei Federal 4.320/1964.

O artigo 50 do Decreto Estadual 46.668/2014 estabelece:

“Art. 50. Os créditos do Estado, decorrentes de quaisquer das hipóteses que possam, ou não, vir a compor a dívida ativa não tributária do Estado, nos termos do art. 39, § 2º, da Lei Federal nº 4.320, de 1964, terão a correção monetária e os juros de mora calculados com base na Taxa SELIC ou em outro critério que vier a ser adotado para cobrança dos débitos fiscais federais.

§ 1º **A Taxa SELIC** ou outro critério que vier a ser adotado para cobrança dos débitos fiscais federais **incidirá a partir do momento em que se tornar exigível o crédito**, respeitando-se os índices legais fixados ou pactuados para o período antecedente à inscrição em dívida ativa. **(grifo nosso)**

§ 2º Ressalvadas hipóteses legais ou contratuais específicas e aquelas para as quais houver índice de correção monetária previsto, os créditos não tributários do Estado **serão**

**corrigidos pelo índice de correção monetária divulgado na Tabela da Corregedoria Geral de Justiça de Minas Gerais até o momento em que se tornarem exigíveis. (grifo nosso)**

§ 3º A autoridade administrativa competente deverá atualizar os créditos não tributários do Estado segundo os índices legais fixados ou pactuados antes de encaminhar o processo para inscrição em dívida ativa, discriminando-os em planilha de cálculo”.

Nesse sentido, cumpre transcrever o artigo 39 da Lei Federal 4.320/1964 para entendermos o momento em que o crédito não tributário se torna exigível e quando, conseqüentemente, poder-se-ia aplicar a atualização com base na Taxa SELIC.

“Art. 39. Os créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária, serão escriturados como receita do exercício em que forem arrecadados, nas respectivas rubricas orçamentárias.

§ 1º Os créditos de que trata este artigo, **exigíveis pelo transcurso do prazo para pagamento**, serão inscritos, na forma da legislação própria, como Dívida Ativa, em registro próprio, após apurada a sua liquidez e certeza, e a respectiva receita será escriturada a esse título. **(grifo nosso)**

§ 2º Dívida Ativa Tributária é o crédito da Fazenda Pública dessa natureza, proveniente

de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas, e Dívida Ativa não Tributária são os demais créditos da Fazenda Pública, tais como os provenientes de empréstimos compulsórios, contribuições estabelecidas em lei, multa de qualquer origem ou natureza, exceto as tributárias, foros, laudêmios, alugueis ou taxas de ocupação, custas processuais, preços de serviços prestados por estabelecimentos públicos, indenizações, reposições, restituições, alcances dos responsáveis definitivamente julgados, bem assim os créditos decorrentes de obrigações em moeda estrangeira, de subrogação de hipoteca, fiança, aval ou outra garantia, de contratos em geral ou de outras obrigações legais”.

Sendo assim, podemos concluir que, conforme dispõe o § 1º do art. 39 da Lei Federal 4.320/1964, o crédito não tributário se torna exigível a partir do momento em que o mesmo pode ser inscrito em dívida ativa. Ou seja, é a partir deste momento que poderia haver a aplicação da taxa SELIC. Em nosso entendimento, antes do crédito se tornar exigível, a correção só poderia ser realizada de acordo com a Tabela da Corregedoria Geral de Justiça de Minas Gerais.

Diante disso, cumpre-nos verificar qual é o momento em que o crédito não tributário se torna exigível, ou seja, qual o momento em que ocorre a inscrição em dívida ativa.

Este momento é definido pelo § 1º, artigo 48 do Decreto 44.844/2008 que estabelece:

Art. 48 – As multas previstas neste Decreto deverão ser recolhidas no prazo de vinte dias da notificação da **decisão administrativa definitiva**, ressalvadas as hipóteses previstas no art. 47 e desde que acatada a proposta de assinatura de Termo de Compromisso. **(grifo nosso)**

§ 1º – **Na hipótese de apresentação de defesa ou recurso**, as multas deverão ser recolhidas no prazo de vinte dias, contados da notificação da **decisão administrativa definitiva, sob pena de inscrição em dívida ativa. (grifo nosso)**

§ 2º – O valor referente às multas arrecadadas com a aplicação de penalidades administrativas previstas neste Decreto constituirá receita própria da entidade vinculada à Semad, responsável pela fiscalização e lavratura do respectivo auto de infração.

§ 3º – O valor da multa será corrigido monetariamente a partir da data da autuação e, **a partir do vencimento incidirão juros de mora de um por cento ao mês. (grifo nosso)**

§ 4º – A Semad ou entidade vinculada responsável pela fiscalização e lavratura do respectivo auto de infração deverá encaminhar à Advocacia-Geral do Estado – AGE, **o processo administrativo após os prazos a que se referem o caput e § 1º, para inscrição**



**do débito em dívida ativa, no prazo de trinta dias. (grifo nosso)**

Resta claro no presente dispositivo legal que a autuação se torna exigível a partir do 21º dia após a decisão administrativa definitiva, que, no presente caso, ainda não ocorreu.

Nesse sentido, os juros de mora e a Taxa Selic só poderiam incidir a partir do momento em que ocorre a exigibilidade da multa e que, conseqüentemente, o Estado pode inscrever o crédito em dívida ativa.

Contudo, antes deste momento é possível aplicar correção monetária sobre os valores das autuações, nos termos do § 3º, artigo 48 do Decreto 44.844/08 e § 2º, artigo 50 do Decreto 46.668/2014 já transcritos e mencionados acima.

Com base no § 2º, artigo 50 do Decreto 46.668/2014, quando não houver índice específico de correção monetária previsto, a mesma será realizada conforme Tabela da Corregedoria Geral de Justiça de Minas Gerais.

Este assunto também está tratado no Decreto 47.383/2018. *In verbis*:

Art. 113 – As multas previstas neste decreto deverão ser recolhidas nos seguintes prazos, sob pena de inscrição em dívida ativa:

I – no prazo de vinte dias, contados da cientificação do auto de infração, no caso de não apresentação de defesa;

II – no prazo de trinta dias, contados da data da notificação da decisão administrativa, no caso de ter sido apresentada defesa ou recurso administrativo;

§ 1º – O valor referente às multas arrecadadas com a aplicação de penalidades administrativas previstas neste decreto constituirá receita de fundo estadual do meio ambiente.

§ 2º– Até que o fundo estadual do meio ambiente de que trata o § 1º seja criado, o produto da arrecadação com a aplicação de penalidades administrativas previstas neste decreto constituirá receita da Semad, da Feam, do IEF ou do Igam, de acordo com quem o gerou.

§ 3º – O valor da multa terá como fator de atualização, **a partir da definitividade da penalidade, a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic** – ou em outro critério que vier a ser adotado para cobrança dos débitos fiscais federais. **(grifo nosso)**

§ 4º – **Até o momento em que se tornar exigível**, o valor da multa será corrigido pelo índice de correção monetária divulgado na **Tabela da Corregedoria Geral de Justiça de Minas Gerais. (grifo nosso)**

§ 5º – Vencido o prazo para pagamento da multa, o processo administrativo deve ser encaminhado ao órgão de execução da Advocacia Geral do Estado – AGE – para inscrição do débito em dívida ativa.

## **2) Conclusão:**

Diante de todo o exposto somos:

- a) Pelo reconhecimento da prescrição intercorrente nos processos em questão (Als nº 51314/2010, 51317/2010, 51323/2010, 51331/2010, 51333/2010);
- b) Pela anulação dos Als nº 51317/2010, 51323/2010, 51331/2010 e 51333/2010;
- c) Pela alteração dos momentos e índices de correção monetária aplicados, nos termos da tabela abaixo:

<b>Índice de correção aplicado</b>	<b>Momento de aplicação</b>
Tabela da Corregedoria Geral de Justiça de Minas Gerais	A partir da definição do valor da multa até o 20º dia após a decisão administrativa definitiva
Taxa SELIC	A partir 21º dia após a decisão administrativa definitiva

É o nosso Parecer.

Belo Horizonte, 29 de maio de 2019.

Denise Bernardes Couto

Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG

Carlos Alberto Santos Oliveira

Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais - FAEMG